

RELAÇÕES AFETIVAS HETEROSSEXUAIS E MULHERES NEGRAS: OBJETO SEXUAL E SOLIDÃO

Tamyres Laysla Messias¹

Malú Flávia Porto Amorim²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a afetividade e a solidão da mulher negra, partindo do ponto de vista de que as relações afetivo-sexuais estão relacionadas com a dimensão racial. É histórico o tratamento desumano dado às mulheres negras, não sendo autorizadas sequer a demonstrar seus sentimentos ou escolher livremente seus parceiros. Se para as mulheres o exercício dos principais direitos eram tolhidos, no tocante às mulheres negras a situação era ainda pior. Relatos históricos apresentam que as mulheres brancas representavam a candura, inocência e fragilidade, enquanto as mulheres negras poderiam aguentar os mais cruéis tratamentos. Atualmente, o passado escravagista produz objetificação sexual e solidão. A partir dessa análise, se verificará teorias como a da degenerescência racial e a do branqueamento sob a justificativa da necessidade de fomento da discussão de tão importante e atual tema. O problema que se pretende abordar seria como as questões raciais e o recorte histórico da escravidão e suas consequências, que perduram até hoje no Brasil, refletem na afetividade das mulheres negras.

Palavras-chave: feminismo negro; solidão da mulher negra; afetividade; racismo; escravidão.

RELACIONES AFECTIVAS HETEROSEXUALES Y MUJERES NEGRAS: OBJETO SEXUAL Y SOLIDON

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la afectividad y la soledad de la mujer negra partiendo desde el punto de vista de que las relaciones afectivo-sexuales están relacionadas con la dimensión racial. Es histórico el trato inhumano dado a las mujeres negras, no siendo autorizadas siquiera a demostrar sus sentimientos o elegir libremente a sus parejas. Si para las mujeres el ejercicio de los principales derechos eran tolhidos, en cuanto a las mujeres negras la situación era aún peor. Los relatos históricos presentan que las mujeres blancas representaban la candura, inocencia y fragilidad, mientras que las mujeres negras podrían aguantar los más crueles tratamientos. Hoy, el pasado de la esclavitud produce cosificación sexual y soledad. A partir de ese análisis se verificará teorías como la de la degeneración racial y la del blanqueamiento bajo la justificación de la necesidad de fomento de la discusión de tan importante y actual tema. El problema que se pretende abordar sería cómo las cuestiones raciales y el recorte histórico de la esclavitud y sus consecuencias, que perduran hasta hoy en Brasil, reflejan en la afectividad de las mujeres negras.

Palabras clave: feminismo negro; soledad de la mujer negra; afectividad; racismo; esclavitud.

HETEROSEXUAL AFFECTIVE RELATIONS AND BLACK WOMEN: SEXUAL OBJECT AND SOLIDITY.

¹ Graduada em Direito pela faculdade CEUT. Advogada. Especialista em Docência do Ensino Superior - faculdade FAIBRA. Colunista do site Themis Vagas sobre Direitos do Consumidor. Agente Penitenciária do Estado do Piauí. Contato: messiasesoaresadv@gmail.com.

² Professora da Faculdade UniNassau Aliança. Advogada licenciada OAB/PI 9474. Graduada em Direito (UESPI). Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico (Anhanguera|UNIDERP). Mestre em Sociologia (UFPI). Pós-graduanda em Direitos Humanos (FAR). Compõe o grupo de pesquisa e extensão Direitos Humanos e Cidadania - DiHuCi. Agente Penitenciária do Estado do Piauí. Contato: malu.flavia@gmail.com.

Abstract: This article aims to analyze the affectivity and the loneliness of the black woman starting from the point of view that the affective-sexual relations are related to the racial dimension. It is a historical of the inhuman treatment given to black women, not being allowed to even express their feelings or freely choose their partners. If for women the exercise of the main rights were held up, in regard to black women the situation was even worse. Historical accounts show that white women represented candor, innocence, and fragility, while black women could endure the cruelest treatments. Today, the slavery past produces sexual objectification and loneliness. From this analysis we will verify theories such as racial degeneration and whitening under the justification of the need to foment the discussion of this important and current topic. The problem to be addressed would be how racial issues and the historical cut of slavery and its consequences, that persist in Brazil, reflect in the affectivity of black women.

Keywords: black feminism; loneliness of the black woman; affectivity; racism; slavery.

Introdução

A presente pesquisa pretende abordar como as relações sexuais e afetivas das mulheres heterossexuais são marcadas pelo racismo, reduzindo-as a espaços de solidão e objetificação sexual. Flauzina (2006, p. 12) conceitua racismo como:

(...) tomamos o racismo como uma doutrina, uma ideologia ou um sistema sobre que se apóia determinado segmento populacional considerado como racialmente superior, a fim de conduzir, subjugar um outro tido como inferior. Além de todas as características presentes na definição, sinalizamos expressamente para o caráter desumanizador inscrito na concepção de racismo. Em última instância, o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais.

Sabe-se que, no Brasil, desde o período colonial, em razão da escravização, às mulheres negras eram impostos tratamentos draconianos, sendo as mesmas constantemente vítimas de violência física, moral, psicológica, sexual e patrimonial; contudo, tais violências foram romantizadas, incutindo no imaginário popular e na identidade brasileira a ideia de que a miscigenação fruto desse processo resultou em uma democracia racial (CARNEIRO, 2003a). Seus sentimentos eram ignorados e afetividade não poderia ser sequer expressa, visto que elas não tinham o direito de escolher com quem gostariam de se relacionar, mas deveriam estar sempre à disposição de seu senhor, o que criava a necessidade de estratégias de resistência e tentativa de manutenção da família, como o batismo e o compadrio analisados por Silva (2016).

Não era dada às mulheres negras a oportunidade de construir uma família sob os laços afetivos, haja vista esta ser uma das formas de negar a elas o direito de exercer sua identidade, de sentir e de ser tratada como um ser humano que tem seus próprios sentimentos e ambições. Suas vidas eram reduzidas à força de trabalho, mão-de-obra, dominação e total servidão sem qualquer expressão pessoal (HOOKS, 1995).

Nessa esteira, pode-se afirmar que as construções afetivas envolvendo as mulheres negras carregam resquícios desse recorte histórico de escravidão no Brasil. Geralmente, quando se analisam as consequências das questões raciais do país, foca-se em indicadores socioeconômicos; porém, isso vai muito além, interferindo diretamente em questões pessoais, como a afetividade e a estética, e como a própria mulher negra se enxerga nos dias atuais.

Diante do exposto, tem-se como problema de pesquisa: como as relações afetivas das mulheres negras são impactadas pelo racismo? Trabalha-se com o pressuposto de que, em razão da estrutura racista decorrente da escravatura, as mulheres negras têm ainda seu corpo objetificado e são preteridas enquanto sujeitas alvo de relacionamentos amorosos. Deste modo, a pesquisa objetiva analisar a sociedade enquanto espaço de reprodução do racismo e em como ele afeta as mulheres de forma diferenciada; refletir sobre como as construções simbólicas da escravização permeiam ainda as relações sociais, afetando a vida afetiva das mulheres negras; por fim, analisar como o racismo interioriza nas pessoas negras sentimento de inferioridade que as faz buscar branqueamento por meio das relações inter-raciais.

Para atingir tal escopo, utilizou-se como metodologia a revisão de literatura (GIL, 2008), a partir da seleção de autores que tratem de temáticas como racismo, feminismo negro, afetividade da mulher negra e solidão da mulher negra, que foram também utilizadas como palavras-chave em plataformas de pesquisa como a SciELO, o Google Acadêmico e o banco de teses e dissertações da CAPES.

1. A Inferioridade Imposta Às Mulheres Negras

Para a compreensão da mentalidade de desprezo e submissão que ainda é sentida por muitas mulheres negras, necessário se faz um recorte histórico da origem do racismo, do patriarcado, do sexismo, do machismo e da dominação masculina a que foram submetidas no decorrer de séculos. Tais fenômenos chegaram a ser considerados universais e naturais, mas

com a força que ganharam os movimentos feministas e as lutas que desbravaram novas conquistas, os comportamentos fundamentados nessa mentalidade não são mais toleráveis e, mesmo que ainda a passos lentos para o avançar dos anos em que se encontra a sociedade atual, vêm sendo extirpados.

Como afirma Bourdieu (2005, p. 08), em sua obra ‘A Dominação Masculina’:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

A dominação masculina passa a ser considerada natural, não exigindo qualquer justificativa, pois ela já surge embasada e legitimada, continuando a ser ratificada e se perpetuando com o passar do tempo. Só se inicia a quebra de paradigma nesse sentido com o surgimento de movimentos feministas que lutam pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, a valorização do ser feminino e a igualdade entre homens e mulheres.

Um dos principais alicerces da ordem social é a dominação masculina e a subjugação feminina, que se expressa em pequenos atos até chegar a comportamentos extremos. Dessa forma, reproduzem-se desde a divisão de tarefas domésticas com base no gênero, a remuneração da força de trabalho, os instrumentos de trabalho adequados para cada gênero, profissões com esse mesmo fator determinante, espaços na vida privada, pública, religiosa e política a serem ocupados apenas por homens – desde espaços públicos até o âmbito residencial. Isso se dá em todas as fases da vida, na infância com a determinação das cores do enxoval e tipos de brinquedos e brincadeiras, na adolescência com a descoberta da sexualidade com consequências que se estendem até a vida adulta.

Essa ideia também é fomentada na obra de Bourdieu (2005, p.09), da seguinte forma:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o

ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.

A dominação do homem sobre a mulher não pode ser justificada apenas pela diferença biológica entre os sexos. O desejo do homem em encarar a mulher como um objeto do qual detém a posse e assim fomentando a subordinação feminina é um alicerce apontando por Saffiotti (2011) para a prática de violência.

Apesar da reflexão sobre gênero implicar a todos, ela afeta mais as mulheres que são as que mais sofrem com a diferenciação no que tange ao exercício dos direitos dentro de uma estrutura social patriarcal que é “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2011, p. 44).

O lugar da mulher na determinação dos papéis entre masculino e feminino era relegado à realização das tarefas domésticas e à criação dos filhos, enquanto o homem tomava as decisões, sejam políticas, sejam no âmbito familiar.

A esse respeito, Saffiotti (2011, p. 33) aponta que a mulher desfrutava, socialmente, de um aspecto de sacralidade por conta da possibilidade de gerar filhos:

Não foi gratuita a alta consideração devotada às mulheres por parte dos homens, quando ainda não se conhecia a participação masculina no ato da fecundação. Capazes de engendrar uma nova vida, de produzir todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento dos fetos e, ainda, de fabricar internamente leite para alimentar os bebês, eram consideradas seres poderosos, mágicos, quase divinos. Caíram do pedestal, quando se tomou conhecimento da imprescindível, mesmo que efêmera, colaboração masculina no engendramento de uma nova vida, mas persistiu a inveja de dar à luz novas criaturas.

Contudo, a autora aponta que as mulheres não detinham mais poder do que os homens nestas sociedades, que eram coletoras-caçadoras, e que a divisão sexual do trabalho desempenhou importante papel na transformação de uma sociedade mais igualitária ao sistema de dominação masculina, sem a possibilidade de desenvolver seus potenciais de forma autônoma, relegadas à ocupação do espaço privado, do lar (SAFFIOTI, 1993, p. 58-60).

A subjugação feminina é histórica e vem se perpetuando através do tempo e das mais diversas formas possíveis. É nesse contexto que surge o movimento feminista, que prega a igualdade entre os gêneros, mas que ainda enfrenta discriminação, preconceito e críticas por parte até de mulheres que ainda não compreenderam a importância do debate desse tema.

Essa dominação se perpetuou através de mecanismos, dos mais explícitos aos mais sutis, reproduzindo-se socialmente e promovendo a percepção cultural, que permitiram a manutenção e perpetuação dessa subjugação feminina (BOURDIEU, 2005).

Pateman (1993, p. 16) afirma que a gênese do Estado moderno é moldada não só por uma teoria social do contrato, mas também, sexual, legitimando a forma moderna de patriarcado, com o exercício do poder dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acessá-las sexualmente de forma regular.

Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres (PATEMAN, 1993, p. 17).

Esse acesso era garantido, pois as mulheres eram consideradas objetos do contrato e também por meio da proteção de institutos como o do matrimônio. Pateman (1993, p. 22) aponta que no século XIX as mulheres eram consideradas propriedades dos maridos e que essa concepção foi alterada somente no século XX, mas que diversos normativos jurídicos em variados lugares não permitiam que houvesse qualquer limitação de acesso de um marido ao corpo de sua mulher.

Nem sequer o corpo feminino pertencia à mulher, pois relações sexuais forçadas pelo marido sem o consentimento da mulher não eram consideradas estupro e o homem poderia até cometer o homicídio de sua esposa se fosse para salvaguardar o nome e a honra dele, sendo plenamente justificável, à época, caso a mulher se visse envolvida em adultério, mas o amante do gênero masculino nada sofria. Para a mulher ser acusada de adultério, bastavam rumores de que ela estava envolvida em casos extras-conjugais. Maus tratos e castigos físicos impostos à mulher sequer entravam no conceito de violência.

O conceito de patriarcado e suas consequências é apresentado por Pateman (1993, p.16):

A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o

contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres.

O patriarcalismo é a relação em que o pai é colocado como chefe da família e os demais membros vivem sob sua ordem e função. O papel da mulher é resumido à servidão ao marido. Nesse sentido, as mulheres seriam consideradas “meros recipientes vazios para o exercício do poder sexual e reprodutor do homem” (PATEMAN, 1993, p. 134).

As questões sobre gênero têm despertado a atenção dos estudiosos por ser um dos elementos que caracterizam a dominação masculina. Nesse tocante, o estudo de gênero é histórico e importante na medida em que se relaciona com as relações de patriarcado, bem como de violência, mas também importa, com relação às mulheres negras, quando se trata da afetividade e da solidão que elas experimentam e vivenciam.

Saffioti (2011, p.37) também discorre sobre isso nos seguintes termos:

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem–mulher, mas também relações homem–homem e relações mulher–mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino.

Na visão de Djamila Ribeiro, o livro "O segundo sexo", de 1949, de Simone de Beauvoir, discute sobre mulheres que entram em uma relação de submissão e dominação por homens de má-fé, que as "coisificam" e as tornam objetos de seus próprios domínios. A filósofa mostra em suas teses que as mulheres não são vistas em si mesmas, mas por homens sob a perspectiva deles. A mulher é vista como "o outro", um mero objeto e um terceiro distante, aquele ser que deve ter uma função, tirando assim a personificação da mulher, impedindo-a de ser um sujeito para si.

Essa função também seria objetificação, pois "uma cadeira, por exemplo, serve para que a gente possa sentar, uma caneta, para que possamos escrever. Seres humanos não

deveriam ser pensados da mesma forma, pois isso seria destituir-lhe a humanidade" (RIBEIRO, 2017, p.39).

Para Kilomba (2012, p.56, apud Ribeiro, 2017, p.40), a mulher negra seria o "outro do outro", onde a reciprocidade e o olhar de igualdade se torna ainda mais difícil:

As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde "raça" não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico, em teoria.

(...)

Este é, é claro, um dilema teórico sério, em que os conceitos de "raça" e gênero se fundem estritamente em um só. Tais narrativas separatistas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos.

Ou seja, o olhar, tanto de mulheres brancas como o de homens negros, coloca as mulheres negras em um local de inferioridade, já que não se enquadram com perfeição em nenhum destes grupos, sendo necessário inseri-las em outro grupo. Foi assim que surgiu o feminismo negro, que não traz uma cisão, mas sim oportuniza nomear diferentes problemas que irão quebrar a hierarquia de preconceitos e abarcar as mais diversas individualidades.

Ainda sobre a questão da posição da mulher colocada como sendo 'o outro' e a mulher negra como 'o outro do outro', deve-se destacar: "A análise sobre a categoria do Outro quando afirma que mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca, por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade" (RIBEIRO, 2017, p. 40). Desse modo, as mulheres negras enfrentam um duplo desafio: a superação do racismo e do machismo, que colocam a figura branca e masculina numa posição de destaque (não esquecendo de pontuar que classe e sexualidade interferem de forma diferenciada nessa relação).

Embora se fale de mulheres, há a necessidade de diferenciação das sujeitas dentro de um grupo heterogêneo, considerando outros marcadores sociais de diferença, partindo-se de uma perspectiva que aborde uma interseccionalidade, que consiste em sobreposição de categorias de pessoas, não apenas considerando as diferenças entre estes grupos (CRENSHAW, 2004, p. 09-10). Nesse sentido:

Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a classe é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 1997, p. 8).

Não se trata de uma hierarquização, mas não se pode negar que o racismo é um componente que altera a forma como as mulheres se vivenciam essa situação de subordinação narrada, pois o “racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas” (CARNEIRO, 2003a, p. 03).

2. O Feminismo Negro

É importante pensar nas contribuições que autores homens trazem para o debate de gênero, considerando uma perspectiva crítica e reflexão dos próprios privilégios, mas não se pode afastar a necessidade de discutir o tema sob o ponto de vista das mulheres, para não afastar o que a autora Conceição Evaristo chama de *escrevivência*, ou seja, “a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (EVARISTO, 2006, p. 622).

A auto-apresentação é importante na medida em que rompe com a tradição da mulher negra ser descrita por terceiros, descaracterizando sua vivência. Nessa esteira, a auto-apresentação se perfaz pela necessidade da representatividade, em que a vida, as dores e as conquistas são externadas por quem realmente a vivenciou.

Na lição de Evaristo (2003, p. 06), falta a escrita e a *escrevivência* de mulheres negras que seriam importantes no que tange à representatividade, senão vejamos:

Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida.

O olhar sobre as múltiplas formas de opressão passam a ser do próprio oprimido, o que confere mais sentido a este olhar à medida que se ressaltam elementos do que Evaristo (2003) chama de lugar de dor. Assim, para as minorias, não basta mais que elas sejam representadas por alguém, mas sim que ela se auto-apresentem.

Sob esse viés, há uma premente necessidade de que as próprias mulheres escrevam e descrevam sobre as suas próprias experiências, inquietudes, percepções e sentimentos, e como elas mesmas se enxergam nessa relação de subordinação-dominação.

O feminismo surgiu como um movimento cujo objetivo é levar igualdade, independentemente do gênero. Prega a valorização da mulher para que ela não seja subjugada pelo homem. Os primeiros movimentos feministas, conhecidos como Primeira Onda do Feminismo, surgiram no séc. XVIII, embora tenham-se consolidado no séc. XX com a reivindicação de mulheres que buscavam igualdade, de forma a se traduzir em cidadania e participação política por meio de causas como a de ter o direito ao trabalho e a das sufragistas, que queriam que as mulheres pudessem ter direito a votar e ser votadas (MARQUES, 2015).

Esse primeiro momento revelou uma disparidade em relação às pautas femininas, pois:

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 24).

Enquanto as mulheres brancas pleiteavam direito ao trabalho, esta sempre foi uma realidade na vida das mulheres negras. As mulheres negras por muito tempo foram tratadas de forma secundária, mesmo dentro do feminismo. A imagem e a dor da mulher negra é ignorada ou deturpada.

Em meados de 1843, Sojourner Truth, uma das maiores ativistas dos direitos das mulheres negras, fez um discurso com grande repercussão na Convenção dos Direitos da Mulher na cidade de Akron, no estado de Ohio, nos Estados Unidos, intitulado como "E eu não sou mulher?", discurso no qual evidenciava o grande problema de universalizar a

categoria mulher, pois esta universalização coloca em uma mesma categoria dois grupos distintos de pessoas. Nessa ocasião, Truth demonstrou em seu discurso improvisado a total diferença dos problemas encontrados por mulheres brancas e por mulheres negras. Sob esse viés, percebe-se a problemática da representatividade e se ela abarcaria as individualidades.

Esta percepção contribuiu para o que viria ser chamada de Segunda Onda do Feminismo, que contava com o reconhecimento das diferenças dentro da categorização que se faz do ser mulher (MARQUES, 2015, p. 13).

Inegável, portanto, a concepção de que o feminismo precisa se atentar para as questões que envolvem as mulheres negras, sob pena delas não conseguirem se encaixar ou se identificar dentro dos aspectos destacados por mulheres brancas.

O lugar de fala já é explorado por aqueles que veem as questões sob o seu próprio ponto de vista, sem ter que sentir na pele o que realmente ocorreu. Noutra esteira, o lugar de dor é insubstituível e perpassa questões íntimas que só podem ser demonstradas por quem as vivenciou, sendo então fiéis à realidade do enfrentamento diário das opressões experimentadas por essas minorias. Ribeiro (1995, p. 448-449) aborda esse aspecto nos seguintes termos:

Quando a mulher negra percebe a especificidade de sua questão, ela volta-se para o movimento feminista como uma forma de se armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciadas.

Nesta procura coloca-se um outro nível de dificuldade [...] questões soavam estranhas, fora de lugar nas cabeças da mulher negra [...] falava-se da necessidade de a mulher pensar o próprio prazer, conhecer o corpo, mas reservava-se à mulher pobre, negra em sua maioria, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d'água.

O feminismo muitas vezes é entendido como uma divisão, um rompimento, uma dissociação das questões humanas propriamente ditas, visto que antes de gênero todos seriam humanos. Isso se torna ainda mais complexo quando se trata de feminismo negro, por ser considerado por muitos uma cisão, um lugar fora das bandeiras de luta, e, por conta disso, até hoje se tem pouca visibilidade literária e espaço nas discussões políticas. Tal fato não anula o enfrentamento e a vivência de quem convive diariamente com a discriminação e o desrespeito por ser mulher e negra.

Novamente, valendo-se da lição de Ribeiro (2017, p. 15), explica-se a diversidade e pluralidade dentro das representatividades:

Ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário. Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões, de não criar, como diz Angela Davis, em *Mulheres negras na construção de uma nova utopia*, “primazia de uma pressão em relação a outras”. Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, logo é pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências.

Consoante este entendimento, é totalmente cabível a análise sobre a solidão e a objetificação sexual das mulheres negras como uma das pautas do feminismo. Essa solidão pode ocorrer devido a diversos fatores que serão examinados adiante.

3. Um Corpo que Suporta Dor

A violência contra as mulheres se dá em razão do gênero pois, como visto alhures, os homens sentem-se superiores por ter sido propagada essa configuração social por séculos. Mas não é só da superioridade de gênero que se alimenta a discriminação das mulheres, a ponto dos homens quererem subjugar-las. Isso inclui também marcadores de desigualdade, tais como raça, etnia, geração ou idade, orientação sexual, classe social, dentre outros. A violência afetiva, entretanto, ainda é pouco conhecida ou explorada, mas sabe-se que sempre esteve presente, independentemente da época vivida.

De acordo com Del Priore (2013, p. 06):

Não importa a forma como as culturas se organizaram, a diferença entre masculino e feminino sempre foi hierarquizada. No Brasil Colônia, o patriarcalismo brasileiro conferia aos homens uma posição hierárquica superior às mulheres, de domínio e poder, sob o qual os “castigos” e até o assassinato de mulheres, pelos seus maridos, eram autorizados pela legislação.

Quando se trata de violência contra a mulher, é cabível também a análise de acordo com as diferenças de raça. A mulher branca sofria, mas quando se tratava de mulheres negras, a questão do racismo atraía um tipo de violência ainda mais severa e impiedosa. Del Priore (2013, p.24) relata essa diferença de tratamento entre mulheres brancas e negras:

Temperadas por violência real ou simbólica as relações eram vincadas por maus-tratos de todo tipo, como se veem nos processos de divórcio. Acrescente-se à rudeza atribuída aos homens o tradicional racismo, que campeou por toda parte: estudos comprovam que os gestos mais diretos e a linguagem mais chula eram reservados a negras escravas e forras ou mulatas; às brancas se direcionavam galanteios e palavras amorosas. Os convites diretos para fornicção eram feitos predominantemente às negras e pardas, fossem escravas ou forras. Afinal, a misoginia – ódio das mulheres – racista da sociedade colonial as classificava como fáceis, alvos naturais de investidas sexuais, com quem se podiam ir direto ao assunto sem causar melindres.

Esta exaltação sexual direcionada às mulheres negras/mulatas é apontada por Carneiro (1995, p. 546) como uma espécie de justificação dos senhores à violência sexual imposta sobre as mesmas.

Davis (2016, p. 39) aponta um elemento particular em relação ao tratamento dado às mulheres escravizadas em razão da contradição que o sistema escravagista possuía, uma vez que, ao tratar os sujeitos escravizados como objetos passíveis de exploração, produzia uma igualdade independente de gênero na forma como se dava a opressão e, também, nos atos de resistência. Em razão disso:

[...] é importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas.

Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituído durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros (DAVIS, 2016, p. 39-40)

A exploração sexual das mulheres escravizadas, desse modo, não se revestia apenas de uma sujeição do corpo para prazer sexual, mas tinha como finalidade o exercício do poder. O estereótipo de que as mulheres negras seriam meros objetos sexuais se perpetuou desde a

escravidão até os dias atuais. Essa ideia da representação do corpo da mulher negra no período escravista e pós-escravista é retratada por Hooks (1995, p. 469):

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.

Tratando deste tema, Nascimento (1976, p. 103) aponta que a sociedade escravagista e patriarcalista atribuía à mulher branca “o papel de esposa do homem, mãe dos seus filhos e dedicada a eles. Deste modo seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que este ócio lhe representava”. Este ócio era permitido, pois era baseado na exploração de uma camada de pessoas, que era constituída pelas pessoas negras escravizadas. Dessa forma, a percepção da mulher negra era completamente distinta:

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro pólo, a mulher negra, pode ser considerada como uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, como tendo um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela pe (sic) uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher, e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reprodutora de nova mercadoria, para o mercado de mão-de-obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão-de-obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (NASCIMENTO, 1976, p. 103).

Aliando essas duas concepções, de mulheres brancas e mulheres negras, a autora esclarece que, tendo as mulheres brancas papel sexual limitado ao matrimônio e à maternidade e influenciado pela moral cristã, recaía sobre as mulheres negras a liberação sexual dos homens, ação essa validada por discursos que reforçavam estereótipos sobre essas mulheres “de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça ‘primitiva’, a faz mais desreprimida sexualmente” (NASCIMENTO, 1976, p. 106).

Lugones (2008) contribui para a discussão trazendo a ideia de as violências sofridas pelas mulheres negras são frutos do racismo, mas que este não teria se constituído desta forma sem a colonialidade do poder. Desse modo, a modernidade colonial imprimiu diferenças na

percepção do ser mulher, que aproxima as particularidades das mulheres brancas e burguesas com características totalizantes, ao mesmo tempo em que invisibilizam as questões próprias das mulheres negras e indígenas.

As representações sociais que fizeram das mulheres negras ao longo do tempo também influenciam nessa concepção de que o papel delas é apenas de reprodução da espécie ou de mera satisfação sexual masculina, conforme já apontado. O corpo das mulheres negras foi desprovido de qualquer emoção ou sentimento devido a objetificação oriunda do período escravista e isso ainda reflete na não aceitação delas como companheiras em um relacionamento sólido baseado na afetividade.

4. Afetividade e Solidão das Mulheres Negras

O tratamento masculino dado às mulheres brancas e negras é diferenciado. É nesse sentido que passa-se à análise das relações afetivas vivenciadas por mulheres negras, em que elas são subjugadas por serem consideradas meros objetos sexuais e viverem solitárias.

Não é mais novidade que os arranjos familiares no Brasil se formam a partir da miscigenação, o que tem despertado curiosidade é que isso tem se dado muito mais pela preferência de homens negros por parceiras brancas, enquanto mulheres negras são relegadas à solidão, constituindo famílias monoparentais.

Essa situação tem herança na percepção social ainda presente sobre a mulher negra e que se constitui como mais uma forma de violência:

[...] há uma forma específica de violência que constringe o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima. (CARNEIRO, 2003b, p.122)

Os discursos de ideologia machista e racista são estruturantes para o problema da solidão da mulher negra, que foi vista por muito tempo como mera mercadoria. A sociedade não conseguiu se desvincular dessa visão que a reduzia à serviçal ou à escrava sexual. Sob esse viés, a imagem da mulher negra não estaria vinculada à afetividade, mas tão somente a erotização, prostituição e escravização, enquanto as mulheres brancas atenderiam ao perfil de

mulher ideal para contrair casamento, aliado a uma exaltação da beleza da mulher branca (CARNEIRO, 1995).

Consoante este entendimento, Zanello (p. 05), utiliza uma metáfora que denomina de “prateleira do amor”, ao tratar de como os dispositivos amorosos afetam as questões de gênero e raça:

Essa prateleira é regida por um ideal estético (que vem se construindo desde o começo do século passado) marcado pela característica de ser branco, louro, jovem e magro. Quanto mais distante desses ideais, maior o impacto sobre sua autoestima e maiores as chances de se sentir "encalhada" na prateleira, ficando em posições mais desfavoráveis na mesma. As mulheres negras são as mais afetadas nesse dispositivo, pois na configuração cultural das preferências afetivas, são as mais preteridas, em função do racismo.

Considerando este ideal de beleza e posição social que as mulheres brancas desfrutam, as mulheres negras veem-se preteridas nas relações afetivas, enquanto sujeitas passíveis de se relacionarem. Este é um problema que perpassa, inclusive, relações com outros homens negros que, em razão da estrutura racista, muitas vezes relacionam-se afetivamente com mulheres brancas como forma de diferenciação social. Este fenômeno pode ser explicado a partir da percepção desenvolvida em sociedades estruturalmente racistas, que fazem com que as pessoas negras desenvolvam repulsa por si e busquem minimizar as características da negritude.

Fanon (2008) explica como, ao assimilar as características do povo negro como sendo ruins e as do povo branco como boas, as pessoas negras buscam espelhar-se na ideia de branquitude como defesa e escapatória para o racismo, de modo que: “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será” (FANON, 2008, p. 34). Para além de uma tentativa de branqueamento, os homens negros carregam o peso do passado escravagista, em que relacionar-se com mulheres era um ato associado à violência e resultava em punições severas (FANON, 2008, pp. 75-76). Desse modo, relacionar-se afetivamente com mulheres produz um significado diverso nos homens negros, que coloca as mulheres negras em situação de preterimento em relação à afetividade.

Da mesma forma, Carneiro (1995) afirma que, ao envolverem-se com mulheres brancas, os homens negros adquirem um objeto de ostentação social. Ainda que se considere uma tentativa de superação do racismo, tais configurações sociais são resultado de uma estrutura machista que confere às mulheres valor utilitário.

Souza (2008, p. 75), reforça o entendimento exposto ao destacar a percepção das mulheres negras, em pesquisa por ela realizada:

as mulheres entrevistadas e as participantes do grupo focal concordam que os homens negros jovens, em idade de escolher a parceira conjugal, tendem a preferir a mulher branca, em detrimento da mulher negra. Segundo estas mulheres, esta escolha é mais comum entre os homens negros que buscam uma ascensão social ou aqueles que já ocupam uma posição sócio-econômica considerada vantajosa.

É sob esse viés das escolhas de parceiros e estigmatização da mulher negra a que Pacheco (2013, p.52) se refere:

Acreditamos que essas ideologias, especialmente aquelas veiculadas pelas teorias do luso-tropicalismo, têm uma influência reguladora nas escolhas dos parceiros afetivo-sexuais entre homens e mulheres brancos (as), negros (as) e mestiços (as) na sociedade brasileira. Com isto, não quero afirmar que as classificações sociais não podem ser negociadas e reorganizadas no mundo social. Os ditos populares “branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”, que foram evocados e legitimados na obra freyreana, funcionam como elementos estruturantes das práticas sociais e afetivas dos indivíduos. Tanto assim que a miscigenação brasileira é uma prática cultural que se realiza muito mais pela preferência afetivo-conjugal de homens negros por mulheres brancas, do que ao contrário, como atestam alguns estudos, o que contraria o modelo freyreano de uma democratização das relações sexual-raciais no Brasil.

Outras teorias, como a da degenerescência racial que se baseia na existência e manutenção de raças puras, como também a eugenia sendo um movimento científico e social que controlava e proibia uniões entre povos diferentes, resultaram na situação descrita e coadunam com o entendimento exposto por Fanon (2008). No Brasil, os estudos de Nina Rodrigues (2010), para quem a mistura de raças era negativa e maléfica, podem ser indicados como exemplo da repercussão dessas ideias. Da mesma forma, ainda que numa concepção diametralmente oposta, a construção do mito da democracia racial por Gilberto Freyre (2003) permitiu que as violências impostas aos negros fosse suavizada e abrisse espaço para a propagação de ideais que reforçassem a sujeição das pessoas negras na sociedade brasileira. Por fim, a teoria do branqueamento, de Oliveira Vianna (1959), que defendia o desaparecimento gradual da população negra e indígena e o fortalecimento da etnia branca, mais propícia a ser saudável e fecunda, também pode ser citada como uma das teorias que fomentaram a ideia do isolamento de mulheres negras.

Pacheco (2013, p. 359) arremata a pesquisa aplicada na Bahia e disposta em seu livro, da seguinte forma:

Sendo assim, posso afirmar que as escolhas afetivas das mulheres negras e pobres foram orquestradas ao tom das hierarquias do gênero, vivenciado através de noções de paternidade/masculinidade; feminilidade/abandono; chefia feminina/matricentralidade, poligamia/ troca de parceiros; perfiladas por classe: pobreza feminina e masculina; o que confirma boa parte das pesquisas que ressaltam a precariedade das condições de trabalho das chefes de família, em sua maioria, negras. Essas categorias interseccionadas pelo gênero foram percebidas como organizadoras da instabilidade afetiva das mulheres negras e pobres com os seus parceiros, também, negros e pobres. Tal modelo familiar, de mulheres negras e pobres, chefiando seus grupos domésticos, sozinhas, sem parceiros fixos, na Bahia, é visto como um enigma ainda a ser decifrado.

Além disso, Souza (1995, p. 12-13) aponta que a solidão da mulher negra, ainda que casada, se dá também no espaço do lar, em razão do confinamento no papel de doméstica a esperar o marido, além de, ao destacar que o medo da solidão promove uniões impensadas, aduzir que a importância das motivações que levaram ao matrimônio provoca também ela uma solidão:

Dessas mulheres, 56 são casadas ou concubinas e indagadas sobre o motivo que as levaram a casar-se, 37 responderam que casaram por amor, nove porque estavam grávidas, quatro para mudar de vida, três não sabiam o motivo, duas porque precisavam, e uma por dinheiro. No primeiro momento, falando sobre o casamento, nenhuma falava sobre o medo ou a solidão propriamente dita. Porém, no decorrer da entrevista, houve choros e justificativas para explicar a superação da solidão (SOUZA, 1995, p. 17).

Um outro fator que deve ser considerado para a reflexão acerca da solidão da mulher negra diz respeito à necessidade de autonomia que essa mulher desenvolveu na sociedade, haja vista sempre ter atuado nos espaços profissionais, ainda que em empregos que não exigissem qualificação da mão-de-obra e que proporcionassem baixa remuneração, em especial o do espaço doméstico, evocando as mesmas configurações da escravatura (NASCIMENTO, 1990, p. 128). Esta situação repercute nas relações afetivas e sexuais, uma vez que a estas mulheres cabe o papel de mantenedoras das famílias (que não obedece ao padrão patriarcal e nuclear) e elas desejam encontrar relações de parceria, tanto afetiva quanto material. Nascimento (1990, p. 128) reforça que, aos homens negros, a mulher negra

economicamente ativa pode representar um alicerce para a sobrevivência, aliado o papel de responsável pelas tarefas domésticas dado às mulheres.

Contudo, a autora aponta que ao conseguirem se colocar em padrões sociais que denotam ascensão econômica, essa conquista de relações amorosas é dificultada à mulher negra, tanto em relação a homens negros quanto em relação a homens de outras etnias. Isso porque ainda serão considerados os aspectos estéticos que colocam as características raciais da negritude como inferiores às das mulheres brancas, mas também por conta da constituição psíquica das mulheres negras, que é forjada na relação conflituosa entre sua individualidade e pressão da discriminação racial, o que lhes confere potência enquanto sujeitas. Disso resulta que os homens, habituados a relações pautadas por um padrão de dominação, temem as mulheres negras; e estas não desejam submeter-se a relações que lhe imponham dominação, rejeitando homens que esperam manter sua subjugação (NASCIMENTO, 1990, p. 129).

Assim, é notória e imperativa a necessidade de se aprofundar os estudos nesse tema com o intuito de não só mostrar esse problema e debater sobre ele, mas investigar as suas causas, sugerindo soluções e defendendo o exercício pleno de direitos. As mulheres negras têm sofrido duplamente: seja com o abandono ou desinteresse de seus parceiros, como também com a noção equivocada de uma sociedade que a enxerga como um corpo vazio de afetividade.

Considerações Finais

Após tudo o que foi discorrido nesse artigo, percebe-se que a solidão da mulher negra geralmente não se perfaz por escolha própria, mas sim por conta de estereótipos que foram colocados na sociedade desde a época da escravidão e que se perpetuou nas relações sociais através do tempo.

Assim como a situação desigual educacional, socioeconômica e salarial das mulheres negras é aos poucos reconhecida como uma dívida histórica consequente da escravidão e do racismo advindo desse período, também devem ser observados fatores determinantes dos relacionamentos afetivos e do tratamento machista a que elas se submetem até hoje. Sob esse viés, os arranjos sexuais e afetivos ainda não são livres, mas sim um produto de um longo e marcante processo histórico que não deixa margem para uma escolha plenamente consciente.

Nessa esteira, visa-se acabar com a invisibilidade ou a neutralidade que ronda a temática aqui abordada. Há uma proeminente necessidade de se romper com essa situação, que pode ser considerada uma violência afetiva fomentada pelo racismo, para que só assim se possa jogar luz sobre um assunto ainda relegado ao esquecimento e que não tem despertado a atenção e o interesse que merece.

Falar de mulheres já é tocar em assuntos pouco explorados, mas tecer comentários e viabilizar pesquisas sobre mulheres negras é ver que a dívida histórica é muito maior do que se imagina e que suas vidas são relegadas ao esquecimento, assim como os problemas que enfrentam diariamente. O movimento feminista tem sido de imprescindível importância para destacar a desigualdade ainda existente quando se trata de homens e mulheres e que ainda há outra diferenciação de tratamento no tocante a mulheres negras e brancas.

Silenciar o sofrimento de mulheres negras é dar azo ao perpetuamento da opressão histórica. Reconhecer e combater as raízes sexistas que determinam o comportamento e a vida em sociedade é o primeiro passo para se romper com a socialização e naturalização de cunho racista e machista.

O tratamento que a sociedade, cujas raízes são sexistas, dá à mulher branca ainda é privilegiada com relação à mulher negra, visto que dessa retiraram a representação do caráter sentimental que lhe permitia ser visualizada de forma mais humana. A mulher negra é vista como objeto, como algo que tudo pode tolerar, enquanto a mulher branca retrata a inocência, a candura, a fragilidade, representando um papel de mãe, esposa e dona de casa.

O padrão da mulher perfeita para casar foi disposto para a mulher branca, sendo relegada à mulher negra apenas o papel de satisfazer a sexualidade masculina. Nessa esteira, a mulher negra é duplamente injustiçada, tendo em vista que os padrões a condenaram a uma vida solitária, sofrendo sucessivos abandonos afetivos, ao tempo em que a julgam equivocadamente como promíscua, alguém sem a capacidade ou interesse de se relacionar de forma afetiva, amorosa ou duradoura.

Os relacionamentos das mulheres negras são diminuídos à esfera sexual, pouco importando se elas têm o desejo em formar uma família feliz, criar laços afetivos e vincular seus sonhos e realizações à convivência com alguém. Deve-se questionar, inclusive, os dispositivos sociais que fazem com que os próprios homens negros não sejam excluídos da preferência por mulheres não negras.

É preciso observar e se afastar a ideia de que a mulher negra deve ser sempre forte e a tudo suportar. Ela também tem direito à felicidade, bem como a uma vida digna e ser respeitada em todos os aspectos, inclusive nas suas escolhas. Também ter direito a ter opções, como a de contrair matrimônio, de vivenciar um relacionamento monogâmico, respeitoso, firme e duradouro e de viver ao lado de alguém que a ame.

A mulher negra não pode ser mais relegada ao mercado sexual. É inconcebível que, ainda nesse século, em que a sociedade se considera tão avançada, o racismo ainda determine com quem determinada pessoa vai viver ou se relacionar, quem se enquadra como uma companheira aceitável tendo como fator determinante a etnia ou a raça. À mulher negra não deve ser dado só o direito de sonhar, mas também o de concretizar esses sonhos, pois o direito a uma vida digna envolve também o direito de amar e ser amada e ter plenas condições de buscar a felicidade.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. (2005). **A dominação masculina**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.

CANEIRO, S. (2003). **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), *Racismos contemporâneos* (pp. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora.

_____. (2003). **Mulheres em movimento**. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133.

_____. (1995). **Gênero, raça e ascensão social**. In: *Revista Estudos Feministas*. v.3 n.2, Rio de Janeiro: UFRJ.

CRENSHAW, K. (2004). **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem.

DAVIS, A. (2016). **Mulheres, raça e classe**. [recurso eletrônico] Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo

_____. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. [Conferência] 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales. São Luís. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>.

DEL PRIORE, M. (2013). **Histórias e Conversas de Mulher**. Planeta: São Paulo. 1 ed.

EVARISTO, C. (2003). **Gênero e Etnia**: uma escre(vivência) de dupla face. UFPB. I Seminário Internacional Mulheres e Literatura.

_____. (2006). **“Escrevivência” em becos da memória**. Mazza: Belo Horizonte.

FANON, F. (2008) **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.

FLAUZINA, A. L. P. (2006). **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília.

FREYRE, G. (2003). **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed., rev. São Paulo: Global.

GIL, Antônio Carlos Gil. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA.

HOOKS. B. (1995). Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, n. 2.

KILOMBA, G. (2012). **Plantation Memories**: Episodes of Everyday Racism. Unrast Verlag: Munster.

LUGONES, M. (2008). Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre, pp. 75-101.

MARQUES, A. M. (2015). **Feminismos e gênero**: uma abordagem histórica. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v. 4, nº 8 jan-jun., p.06-19.

NASCIMENTO, B. (1990). **A mulher negra e o amor**. In: RATTTS, A. (2006). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza; Imprensa Oficial: São Paulo, pp.126-129.

_____. (1976). **A mulher negra no mercado de trabalho**. In: RATTTS, A. (2006). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza; Imprensa Oficial: São Paulo, pp.102-106.

PACHECO, A. C. L. (2013). **Mulher negra**: afetividade e solidão. ÉDUFBA: Salvador.

PATEMAN, C. (1993). **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Paz e Terra: São Paulo.

RIBEIRO, D. (2017). **O que é lugar de fala?** Letramento: Belo Horizonte.

RIBEIRO, M. (2015). **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing.** Revista de Estudos Feministas, v. 3, n. 2.

RODRIGUES, R. N. (2010). **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

SAFFIOTI, H. I. B. (2011). **Gênero, patriarcado, violência.** Editora: Expressão Popular, reimp.

SILVA, J. S. da. (2016). **Os laços de compadrio como estratégia de resistência cotidiana entre os escravos do sertão do Piauí oitocentista.** Fronteiras & Debates. Macapá, v. 3, n. 1, jan./jun., pp. 123-142.

SOUZA C. A. da S. (2008) **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo.** 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, E. P. (1995) **Mulher negra: sua sexualidade e seus mitos.** In: QUINTAS, F. (coord.) Mulher Negra: preconceito, sexualidade e imaginário. Instituto de Pesquisas Sociais – INPSO / Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Recife.

VIANNA, O. (1959). **Raça e Assimilação.** Rio de Janeiro: Jose Olympio.

ZANELLO, V. (2017). **Saúde mental e gênero.** 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero.